

**HABEAS CORPUS Nº 515.321 - AC (2019/0167776-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : PATRICH LEITE DE CARVALHO  
**ADVOGADO** : PATRICH LEITE DE CARVALHO - AC003259  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE  
**PACIENTE** : RODOMILSON LEANDRO MORAIS (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **Rodomilson Leandro Moraes**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Acre, que denegou o HC n. 10006940320198010900 (fl. 140):

CONSTITUCIONAL. PENAL. PROCESSO PENAL. *HABEAS CORPUS*. ESTELIONATO. PLURALIDADE DE VÍTIMAS. PRISÃO PREVENTIVA. REVOGAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA DEMONSTRADOS. DECISÃO CAUTELAR FUNDAMENTADA. REQUISITOS E PRESSUPOSTOS PREENCHIDOS. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. INADMISSIBILIDADE. REQUISITOS NÃO PREENCHIDOS. DENEGAÇÃO.

1. Presentes os requisitos autorizadores da custódia cautelar, e, encontrando-se devidamente fundamentada a decisão, mantém-se o decreto preventivo.

2. As condições pessoais favoráveis não garantem a revogação da prisão preventiva quando há nos autos elementos hábeis a recomendar a manutenção da custódia.

3. Impossível aplicar as medidas cautelares diversas da prisão, eis que a segregação cautelar foi decretada de acordo com fatos concretos apurados até o momento.

4. *Habeas Corpus* conhecido e denegado.

Na presente impetração, alega-se constrangimento ilegal consistente na ausência de fundamentação do decreto cautelar, postulando-se, ao final, a concessão liminar da ordem para que seja revogada a prisão preventiva.

Afirma-se que o requerimento da prisão preventiva se deu com o oferecimento da denúncia, após 4 (quatro) anos da suposta ocorrência dos fatos e que o crime imputado ao paciente não foi praticado com violência e grave ameaça, não é hediondo, além de não ter nenhuma correlação com facções criminosas, sendo desproporcional a manutenção da prisão (fl. 4).

É o relatório.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano, o que não ocorre no presente caso, no qual, nesse exame preliminar, ficaram devidamente demonstrados os indícios de autoria e a materialidade delitiva, bem como delineada a possibilidade de reiteração criminosa, tendo em vista que o paciente já responde a outras ações penais e cumpria pena em regime aberto quando foi determinada a segregação cautelar (fls. 146/148).

Ademais, em juízo de cognição sumária, afigura-se inviável acolher-se a pretensão, porquanto a motivação que ampara o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito do *writ*, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Com essas considerações, não tendo, por ora, como configurado constrangimento ilegal passível de ser afastado mediante o deferimento da **liminar** ora pretendida, **indeferiu-a**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora, especialmente quanto ao atual andamento da ação penal.

Após a juntada das informações, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator